



PROPOSTA INVESTIGATIVA VISANDO À COMPREENSÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

SELMA GRACIELE GOMES
ROSANA DE CARVALHO MARTINELLI FREITAS

Resumo: O presente artigo é resultado parcial do processo investigativo vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que tem como tema o EAD na formação acadêmica do Serviço Social. Têm por objetivos desvendar aspectos referentes às condições de formação apresentadas através dessa modalidade de ensino nos cursos de graduação em Serviço Social. A metodologia usada para o desenvolvimento da pesquisa refere-se à observação participante dos eventos das entidades representativas da profissão, bem como, análise de documentos resultantes do processo de atuação dos Conselhos Regionais de Serviço Social de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Os resultados parciais identificam algumas problematizações acerca da forma como o EAD se desenvolve requerendo analisar suas repercussões para a formação acadêmica tendo por base de análise o projeto ético-político da profissão, as leis de regularização e avaliação do MEC. Espera-se que a pesquisa contribua para a compreensão dos aspectos referentes ao ensino a distância e possíveis benefícios e/ou prejuízos a formação profissional no âmbito do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social, Formação Profissional, Ensino a Distância

1 INTRODUÇÃO

O artigo decorre do processo investigativo em andamento através do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que dará embasamento para a apreensão das questões referentes à formação acadêmica em Serviço Social através da modalidade de ensino a distância. A proposta de pesquisa surgiu a partir das inquietações apresentadas com a presença do ensino a distância nos cursos de graduação principalmente, após a década de 2000 no Brasil.

Com base na referida pesquisa desenvolveu-se o artigo que trará a problematização do tema no âmbito da formação acadêmica e seu surgimento na área do Serviço Social. Trar-se-á a metodologia apreendida para o desenvolvimento da pesquisa, bem como, os resultados esperados a fim de contribuir para o debate no âmbito da formação acadêmica do Serviço Social, visto que tal tema ainda é incipiente nessa área.

2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A pesquisa possibilitará desenvolver o estudo sobre a formação profissional via modalidade de EAD que balize as características do processo de formação apontando as condições concretas de

formação pautadas nos aspectos inerentes à formação a distância analisando se esta corresponde aos critérios elencados pelo projeto político-pedagógico do Serviço Social. Dessa forma, buscar-se-á potencializar as discussões da categoria através de produções, ainda incipientes, que apreendam os aspectos inerentes à formação à distância no Serviço Social em nível de graduação.

3 HISTÓRICO DO ENSINO A DISTÂNCIA, SUA EMERGÊNCIA NO BRASIL E NO SERVIÇO SOCIAL

O EAD foi largamente difundido na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior realizada em 1998 em Paris. Nessa Conferência defendeu-se e aprofundou-se o debate sobre a Universidade Virtual sendo esta considerada um meio para a democratização do acesso à educação. Dessa maneira, defendeu-se a “[...] utilização das NTIC e uma combinação em ‘justa proporção’ dos diferentes instrumentos tecnológicos, na perspectiva de uma mudança radical da equação dos custos do ensino”. (PARIS, 1999, pg. 48).

Esse novo paradigma que acompanha o desenvolvimento da educação é colocado como um avanço na garantia do acesso à educação, visto que apresenta valores acessíveis a um amplo número de estudantes. O histórico do surgimento dessas novas tecnologias tem seu cerne nos Estados Unidos quando em 1993 o vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore anuncia a abertura de um novo “canteiro de obra” que eram então as auto-estradas da informação. Esse impulso para o desenvolvimento dessas NTIC permitiu que as universidades, em especial, as dos países desenvolvidos dessem sua contribuição em relação à pesquisa das novas tecnologias de informação. Assim, desde a invenção do protocolo IP Por Vinton Cerf em 1974 foram amplamente difundidas as bases para a instauração de uma “inteligência coletiva”. (PARIS, 1999)

Os esforços das universidades foram voltados principalmente às pesquisas voltadas para os novos instrumentos de comunicação, não sendo tão socializados de início. Em especial o setor da educação não foi tão beneficiado com as novas tecnologias da informação e da comunicação. No entanto, dos anos de 1985 a 1995 assistiu-se ao crescimento de programas didáticos de tele-ensino, que foram substituindo as técnicas tradicionais de ensino. A partir de 1995 até meados dos anos 2000 se amplia o processo de reestruturação educacional alterando as formas de ensino tradicional “fazendo transitar em redes de transmissão de dados os conteúdos estáveis e enriquecidos, associando aos conteúdos magistrais à documentação necessária, permitindo, finalmente, através de correio eletrônico, de fóruns, o intercambio entre professores, pesquisadores e estudantes [...]” (PARIS, 1999, pg. 483). Esta transformação acompanhada do processo de globalização permitiu a sua expansão para outros países. Foi nesse contexto que se expandiu o Ensino a Distância (EAD). Sua história passa por um processo de pesquisas e experiências que tem nos seus primórdios o desenvolvimento dos estudos por correspondência até os sistemas sustentados em audiovisuais à distância. Essa forma de ensino possui no decorrer de sua história uma variada classificação que compreende sua caracterização conforme a época em que foi utilizada. Assim, segundo Conferência Mundial Sobre o Ensino Superior (1999) o ensino a distância e/ou ensino virtual é classificado segundo os grandes eixos históricos:

- ☐ Curso por correspondência: foram as primeiras práticas que utilizaram o correio para desenvolver as atividades educacionais tendo por objetivo eliminar a distância que servia como impeditivo da forma.
- ☐ Educação a distância: muito utilizada pelos especialistas em

pedagogia. Seu surgimento é anterior à expansão em massa das NTIC e resiste às transformações tecnológicas;

- ☐ Tele-ensino/tele-informação/tele-universidade: característica da etapa audiovisual (televisual) da educação a distância. De certa forma seu uso pode ser substituído pelas NTIC;
- ☐ Universidade Aberta: Ênfase dada no aspecto de colaboração e globalidade;
- ☐ Universidade cooperativa: A ênfase se dá na colaboração entre professores e alunos e entre parceiros pedagógicos;
- ☐ Formação assíncrona: enfatiza um dos elementos fundamentais do novo estilo pedagógico, que foi possível através da tecnologia, ou seja, estudar conforme seu próprio ritmo;
- ☐ Universidade global: Insere a visão geopolítica;
- ☐ Educação assistida por computador e a formação distributiva: São utilizadas pelos especialistas em tecnologia;
- ☐ Universidade Internet: Uma meta-universidade que vende um aparato logístico para poder produzir conteúdos pedagógicos destinados a distribuição a distância;
- ☐ Universidade virtual: Característica da discussão tecnológica avançada, como por exemplo, a Internet.
- ☐ O campus virtual: é uma variante do tópico anterior.

Essas formas de ensino a distância, utilizadas em cada época, deram base no decorrer da história para o desenvolvimento do atual modelo de educação acompanhado pelo desenvolvimento tecnológico. Atualmente a forma mais difundida é o conceito de *Universidade Virtual* que oferece novos serviços e novas formas de relacionamento. Esse novo conceito é apresentado sob a defesa de que os novos moldes da formação trazem inovações que se propõem facilitar a formação, principalmente para aqueles que não tem acesso a uma universidade presencial em seu local de residência.

O aspecto geográfico é um fator que fundamenta essa nova concepção de formação, visto que amplia as possibilidades de formação para sujeitos que estão distantes dos centros de ensino presenciais. Destarte, o ensino a distância surge como uma alternativa à dificuldade de acesso ao ensino, transcendendo os modelos tradicionais e possibilitando novas modalidades de formação amparadas por novas relações pautadas na cultura cibernética em que o estudante não tem uma delimitação geográfica e nem uma sala de aula presencial para buscar sua qualificação.

Com base no exposto a forma de ensino via modalidade a distância é defendida por autores, dentre eles, Mehlecke e Tarouco (2003) como um processo pedagógico em que os estudantes não devem ser apenas objeto de sua formação, mas, sobretudo, sujeitos do processo de aprendizagem. Por isso, devem ser criadas situações de ensino em que os próprios estudantes possam organizar seus estudos e, com isso, serem autônomos. Esse processo envolve outros sujeitos, que anteriormente não existiam, como o tutor que é o agente mediador que motiva a aprendizagem, bem como, esclarece as dúvidas dos estudantes. Tendo por base essa perspectiva, a modalidade de ensino a distância é defendida a partir da expansão dos meios tecnológicos, uma vez que:

Os recursos da Internet utilizados como suporte à comunicação, tais como as salas de patê-papo, mural eletrônico, quadro compartilhado, fórum, áudio e

videoconferência são exemplos de mecanismos disponíveis que permitem ampliar a interação e comunicação em atividades de EAD e que ganham relevância na medida em que uma nova maneira de produzir conhecimento vem se instalando com o computador, veiculando a possibilidade de se aprender, fazendo. (MEHLECKE; TAROUÇO, 2003, pg.5)

As transformações tecnológicas mostram que as NTIC vêm atreladas a novas demandas postas através da necessidade de utilização dessas tecnologias que precisam ser inventadas e reinventadas dentro da sociedade. Nos sistemas educativos essas novas transformações reservam alterações na estrutura e cultura educacional. Ao se alterar as formas de formação que alteram significativamente os métodos de ensino se tem também o desenvolvimento de uma cultura que não vê com estranhamento as aulas à distância, sem relação direta entre professor e estudante. Essa cultura provoca mudanças gradativas na forma de relação da sociedade como um todo que passa a não dar tanta relevância ao contato entre as pessoas nos ambientes educativos. Ao se banalizar estas novas inovações tecnológicas no âmbito educacional se torna preponderante novas formas de contatos sociais em que a presença física deixa de ser tão importante como em momentos anteriores. A cultura aqui elencada se refere a cibercultura que nada mais é do que:

Um conjunto de técnicas (materiais, intelectuais, e práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem paralelamente ao crescimento do ciberespaço [...] este último sendo definido como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e memórias informáticas.(BENAKOUCHE, 2000, pg. 4)

Dessa forma, tal fato explica que as mudanças nas formas educacionais acompanham transformações na forma social de se pensar a sociedade. As relações que antes poderiam ser vistas com indagações se tornam banais. É essa nova cultura que impulsiona o EAD lhe reservando um novo significado. Essas mudanças se dão também no bojo das políticas educacionais que ao acompanhar as transformações sociais no modo de produção da vida legitimam essas alterações através de leis favoráveis a sua implementação.

Tendo o entendimento de que as leis são expressões das transformações ocorridas socialmente, cabe destacar, que em nível internacional se discutia vários meta-projetos voltados para os países designados “subdesenvolvidos” se apresentando como discurso a necessidade desses países se desenvolverem também. Assim, no marco da globalização foi possível voltar para os países “em desenvolvimento” os projetos desenvolvidos nos países centrais. A Conferência Mundial Sobre o Ensino Superior (1999, pg. 493) trouxe como visão a ser disseminada a seguinte concepção das NTIC voltadas à educação superior:

A informação se globaliza, torna-se um mercado inevitável com leis rigorosas que regulamentam o mercado. Torna-se necessário defender a liberdade de acesso à informação sob a forma de um serviço público universal destinado, particularmente, ao setor pesquisa-educação. Um esforço importante para disponibilizar em rede a literatura informal, relatórios, teses, torna-se prioritário. Acontece o mesmo com os programas livres de direitos de propriedade, concebidos segundo a lógica dos grupos de produção; [...]

A defesa da informação num mercado global difunde a necessidade de se transferir para outros países em especial os “subdesenvolvidos” os produtos desenvolvidos nos países “desenvolvidos”. Com isso, a idéia de co-desenvolvimento se coloca como arcabouço discursivo para a implementação, pelos governos dos países periféricos, dessas políticas. A idéia de que as nações precisam olhar para outras de modo a contribuir com o seu desenvolvimento pode limitar a apreensão das novas mudanças aos aspectos políticos apresentados pelos organismos internacionais no bojo das relações entre os mentores das políticas internacionais. Essa foi a perspectiva defendida na *Conferência Mundial Sobre a Educação Superior no século XXI: visão e ação* realizada em 1998 em Paris e convocada pela UNESCO que teve como finalidade “[...] colocar em movimento um processo de profunda reforma na educação superior mundial [...]” (PARIS, 1998, pg.2). Com isso, a Declaração deixa clara a nova concepção de educação adotada no bojo das relações internacionais, modificações que enaltecem a massificação das vagas no ensino superior como forma de “democratização” do acesso: Sendo assim, afirma em seu art. 8º que:

a) A diversificação de modelos de educação superior e dos métodos e critérios de recrutamento é essencial tanto para responder à tendência internacional de massificação da demanda como para dar acesso a distintos modos de ensino e ampliar este acesso a grupos cada vez mais diversificados, com vistas a uma educação continuada, baseada na possibilidade de se ingressar e sair facilmente dos sistemas de educação. (PARIS, 1998, pg. 9)

Essas são as diretrizes adotadas por vários países periféricos, que serviram como norte para direcionar as políticas de educação superior e disseminar a nova concepção de educação advinda com as NTICs.

As mudanças ocorridas no âmbito educacional referentes ao EAD são reflexos das propostas advindas de vários eventos conduzidos pelos organismos internacionais. Tais políticas educacionais têm em sua trajetória de construção algumas iniciativas que demonstram as modificações almejadas e a direção defendida a partir de propostas apresentadas em eventos que se propuseram a disseminar a direção das políticas educacionais para os países designados “em desenvolvimento”. Um dos eventos que permite resgatar a lógica que legitima o processo de contra-reforma da educação superior trata-se da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em Salvador no Brasil em 1993 que teve como ênfase, segundo conferência, “o desenvolvimento social”. Esse desenvolvimento social é definido a partir da necessidade dos países colaborarem para o desenvolvimento econômico e social daqueles considerados “em desenvolvimento”. Com isso, se defende que o dialogo entre os países deve se dar tendo como objetivo demonstrado “[...] a necessidade de transferência de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento bem como ao acesso desses países à tecnologia [...]” (DOCUMENTO FINAL DA III CONFERENCIA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO, 1993, pg.3) Esta Conferência frisa a necessidade de interação entre os países numa condição de cooperação em que aqueles mais desenvolvidos pudessem colaborar para o desenvolvimento daqueles que estivessem em fase de desenvolvimento, tendo por isso, a necessidade de apoio internacional. Nessa lógica, o evento ressalta que o desenvolvimento almejado para os países em desenvolvimento somente seria possível com a flexibilização de vários aspectos da educação que reformulem os métodos tradicionais de ensino.

Em consonância com os acontecimentos políticos enaltecidos anteriormente a educação a distância foi introduzida no Brasil ao final de 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDB) nº 9394 de 1996, que vigora hoje no país, abriu espaço para que esta modalidade de ensino fosse implementada e legitimada, principalmente em seus artigos 80 e 87. Sua regulamentação foi realizada por meio do Decreto 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, sendo que os artigos 11 e 12 do referido Decreto foram modificados pela Portaria do MEC 301 de 7 de abril de 1998. Segundo informações abstraídas do documento da Comissão Assessora da Secretaria de Educação Superior (SESu) essa regulamentação dispôs apenas sobre a oferta de cursos de graduação nas modalidades de bacharelado, de licenciatura e de formação de tecnólogos. Por isso, na época dessa regulamentação apenas a Universidade Federal do Mato Grosso oferecia um curso de graduação à distância, sendo que fora dessas propostas as que mais eram desenvolvidas eram aquelas voltadas para cursos profissionalizantes. No entanto, é a partir de 1998 que esta realidade se transforma identificando um desenvolvimento maior das instituições superiores ofertando EAD. (RELATÓRIO DA COMISSÃO ASSESSORA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 2002)

Segundo dados do MEC/ SESu resgatados do Documento da Comissão Assessora da Secretaria de Educação Superior (SESu), nos últimos anos existiu um significativo crescimento no número de cursos a distância nas instituições superiores de ensino. Em 1998 tinham sido realizados 8 pedidos de credenciamento sendo que em 2002 este número saltou para 47 pedidos. No entanto, essas solicitações se davam no âmbito de cursos de graduação de formação de professores que representam 80% dos pedidos, sendo 60% desses para cursos de Pedagogia. Tal número representava a necessidade de atender as metas elencadas pelo art. 87 § 4º da LDB em conformidade com o Plano Nacional de Educação que estabelecia que “Até o final da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviços”. Tal fato justifica o crescimento do EAD, visto que as metas estabelecidas seriam possíveis através do amplo acesso a esses cursos através da modalidade de ensino a distância que facilitaria a objetivação das referidas metas.

Porém, é a partir da regulamentação em 2005 do Decreto nº 5.622, Decreto este que regulamenta o artigo 80 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que se traz a definição da educação e as normas agregadas que estabelecem critérios de credenciamento. A partir da aprovação do referido marco legislativo se tem um crescimento significativo de cursos de graduação à distância. Assim, é partir da proposta de Universidade Aberta que nas instituições de ensino federal públicas teve início um franco crescimento da educação à distância para cursos que até então eram oferecidos apenas na modalidade presencial. A Universidade Aberta do Brasil defende em concomitância com os projetos internacionais a ampliação de oferta de vagas na educação superior que tem como objetivo “reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância”

A partir de então a abertura do ensino a distância cresce em todo o Brasil, mas principalmente nas regiões mais estratégicas para as empresas que oferecem os pacotes tecnológicos. Conforme dados da Assessoria de Comunicação Social, a Universidade Aberta do Brasil dispõe hoje de 555 pólos de EAD nos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal. Desses pólos, 288 são da primeira etapa (todos em atividade) e 267 da segunda fase (em fase de implantação). Tais pólos estão divididos por regiões (Estados). Na região Norte existem 85 pólos sendo 8 destes concentrados no ACRE, 7 no Amazonas, 3 no Amapá, 33 no Pará, 15 em Roraima, 7 em Rondônia e 12 em Tocantins. Já na região do Nordeste se localizam 176 pólos. Desses 5 se concentram em Alagoas, 44 na Bahia, 29 no Ceará, 17 na Paraíba, 10 em Pernambuco, 26 em Piauí, 11 no Rio Grande do Norte, 12 em Sergipe e 22 no Maranhão. Na região Centro-Oeste se localizam 45 pólos. Destes, 2 se concentram no Distrito Federal, 21 em Goiás, 8 em Mato Grosso do Sul e 14 no Mato Grosso. Na região Sul existem 97 pólos, sendo que o Estado do Paraná concentra 37 pólos, Santa Catarina 17 e Rio Grande do Sul 430. Por fim, a região Sudeste que concentra 152 pólos, sendo que em São Paulo se localizam 36 pólos, no Rio de Janeiro 31, Espírito Santo 27 e Minas Gerais 58. O levantamento exposto resgata o cerne das reflexões sobre a expansão das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação que estão diretamente ligadas às transformações

políticas ocorridas no âmbito da educação superior nas últimas décadas.

Nesse sentido, diz-se que os cursos a distância são os que focam maior atenção por se expandirem aceleradamente para outros níveis de formação como o de graduação e em áreas como o Serviço Social. Se até meados da década de 1990, os cursos à distância eram utilizados no Brasil através da oferta de cursos profissionalizantes e de complementação de estudos, principalmente pelos cursos por correspondência e tele-cursos transmitidos pela televisão é a partir dessa década, com o uso da Internet como principal tecnologia da informação e da comunicação, que será iniciada a configuração de uma política nacional de educação superior à distância, com novas formas e conteúdos, absolutamente adequados aos planos macro-econômicos.

Segundo dados levantados e elaborados por Pereira (2008) a realidade brasileira em relação aos cursos de Serviço Social existentes mostrava que no período de 2003 a 2008 surgiram no Brasil mais de 160 novos cursos de Serviço Social à distância, representando mais de 20% das vagas oferecidas nos cursos de Serviço Social no país. Segundo autora, neste período existiam 32.708 vagas oferecidas nos cursos presenciais de EAD em Serviço Social representando 77,2% das vagas oferecidas, sendo que 9.660 eram oferecidas na modalidade de EAD, representando por sua vez, 22,3% do universo das vagas oferecidas nos cursos de Serviço Social no Brasil.

Observa-se que num período de 5 anos esse número cresce em grande escala representando um universo significativo no âmbito da formação em Serviço Social. Isso sem levar em conta que tais cursos começam a funcionar de fato a partir de 2006. Tal realidade pressupõe o indicativo de que esse número possa ser ampliado mais rapidamente, visto que o processo de regulamentação já foi aprovado através do Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 bem como, do Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Dados evidenciados em Relatório Final da Pesquisa Avaliativa das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social mostram que no ano de 2008, conforme delimitação das regionais da ABEPSS, a região Norte apresentava 4 instituições de ensino que apresentam cursos de Serviço Social, sendo 1 dessas de natureza privada. A região Nordeste apresentava 13 instituições, sendo 4 de natureza privada, a região Centro-Oeste apresentava 5, sendo 3 de natureza privada, a região Leste 22 instituições sendo 16 destas de natureza privada, a região Sul I 32 instituições sendo 23 destas de natureza privada e, por fim, a região Sul II 26, sendo 23 dessas de natureza privada. Tais dados evidenciam um salto no número de instituições que oferecem os cursos de Serviço Social em instituições privadas em relação às instituições públicas. Essa realidade evidencia o contexto no qual o EAD é constituído, contexto este de crescimento significativo do ensino privado em detrimento do ensino público. Conforme dados trazidos no Relatório da II Oficina Regional da ABEPSS Sul I – 2008 apresentados por Lewgoy (2008) em 2008 existiam 301 cursos de graduação em Serviço Social no Brasil, sendo 250 em instituições privadas o que representava 83,55 % do universo dos cursos pertencentes a instituições privadas. Desses apenas 51 cursos eram ofertados em instituições públicas de ensino. Isso significa que nos 6 últimos anos houve um crescimento de 328% o que representa para a autora a tendência de privatização do ensino público no país. Em relação ao EAD na referida área nesse mesmo período existiam 7 instituições que ofereciam cursos de Serviço Social no Brasil sem contar seus pólos de ensino. O que representava um número significativo de cursos de Serviço Social à distância no país. Conforme Relatório, 3 dessas instituições estão concentradas na região Sul, 2 na região Centro-Oeste, 1 na região Nordeste, e 1 na região Sudeste.

Tal fato evidencia um crescimento acelerado de cursos de graduação em Serviço Social o que requer o desenvolvimento de estudos que permitam compreender a dinâmica que envolve a formação profissional em Serviço Social através dessa modalidade de ensino, afim de entender como se dá o processo de formação na sua particularidade tendo como base de análise o projeto ético-político do Serviço Social.

Por fim, pode-se dizer que os estudos sobre EAD evidenciam a relevância do tema para o Serviço Social, visto que, diante do contexto de constantes mudanças, faz-se necessário localizar as transformações ocorridas para que se instrumentalize cientificamente as discussões da categoria profissional acerca da particularidade do campo da formação profissional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo de pesquisa será determinado a partir da diferenciação entre a unidade de análise e a unidade de observação. Em relação à unidade de análise a referida pesquisa trará o fenômeno da modalidade de ensino a distância no processo de formação profissional. Assim, a partir da concepção analítica do ensino a distância nas últimas décadas se delimitará um campo de análise que foque o EAD em relação à área de Serviço Social no que concerne à formação profissional do assistente social em nível de graduação. No que se refere à unidade de observação, essa se refere a atuação dos CRESS da região Sul I constituída pelos CRESS SC, CRESS PR e CRESS RS.

Os instrumentos que farão parte da coleta de dados são a observação participante de eventos da categoria que tratem do debate acerca da formação profissional via modalidade de EAD, pesquisa documental dos documentos decorrentes da atuação dos Conselhos em suas respectivas áreas de jurisdição, bem como, aqueles decorrentes de encontros de discussão e deliberação do conjunto das entidades representativas da profissão.

Procurar-se-á através dos CRESS de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul a solicitação dos documentos elaborados pela COFI de suas respectivas jurisdição correspondentes ao EAD resultantes do desenvolvimento de suas competências com encaminhamento de Documento de Apresentação da Pesquisa, bem como, a Declaração de comprometimento com a socialização dos dados através do encaminhamento do resultado final.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os estudos sobre o tema tragam suportes para se entender a realidade da formação profissional através da modalidade de EAD. A referida pesquisa está em processo de desenvolvimento, por isso, se apresentam resultados parciais em relação à aproximação ao fenômeno que ressaltam as discussões acerca do EAD na formação profissional de Serviço Social. Tais resultados parciais elucidam algumas considerações sobre o EAD na formação acadêmica do Serviço Social tais quais:

- ☐ O EAD em Serviço Social está em franco processo de proliferação; basta saber se sua ampliação está em consonância com as Diretrizes da Educação superior elencadas pela LDB e com os princípios elencados pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS);

- Os estudos elencam, através da aproximação aos sujeitos da pesquisa, que a categoria profissional está em constante debate a fim de entender as repercussões do EAD e como este se desenvolve no processo de formação acadêmica. Com isso, são enaltecidos aspectos como: momentos presenciais, indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo, relação professor X acadêmicos, relação entidades representativa da categoria X entidades de ensino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada pode significar uma contribuição teórica importante para se entender como se dá o desenvolvimento do EAD na formação acadêmica em Serviço Social. Frente ao crescimento desenfreado do EAD na respectiva área torna-se necessário desvendar aspectos que compreendam a realidade vivenciada na conjuntura atual.

Não basta entender que o EAD é resultado de uma proposta constituída para garantir a democratização do ensino àqueles até então excluídos do âmbito de educação superior. Torna-se imprescindível que esta democratização seja sustentada por um ensino que promova uma formação de qualidade pautada nos moldes da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e em critérios propostos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre regularização dos cursos que buscam que sejam garantidos espaços próprios para os momentos presenciais e estrutura adequada para a realização das demais atividades.

Tendo por base estes preceitos esperamos que os resultados finais da pesquisa forneçam subsídios para se compreender a formação através do EAD e sua viabilidade para a formação de qualidade no âmbito da educação superior na área do Serviço Social.

7 REFERÊNCIAS

BENAKOUCHE, Tâmara. Educação a Distância (EAD): uma solução ou um problema? In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis: ANPOCS, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: www.mec.gov.br Acesso em: 11 de junho de 2009 às 19 h.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (mimeo)

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. Tendências de Educação Superior para o Século XXI/UNESCO/Conselho de Reitores das Universidades Brasileira: Tradução de Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves. **Anais...**Brasília: UNESCO/CRUB, 1999. 1998, Paris, França.

MEC. **Portaria MEC nº 335, de 6 de fevereiro de 2002.** (Relatório da Comissão Assessora para Educação Superior a Distância). 2002. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ead.pdf> Acesso em: 23 de abril de 2009

MEHLECKE, Querte Teresinha Conzi; TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach. Ambientes de suporte para Educação a Distância: a mediação para aprendizagem cooperativa. In: **CINTED-UFRGS**, V. 1 N.º 1, fevereiro, 2003.

PARIS. **Declaração Mundial Sobre Educação Superior no Século XXI:** Visão e Ação. Paris, 9 de outubro de 1998. Disponível em: <http://www.iterlegis.gov.br> Acesso em: 12 de dezembro de 2008 às 18hs

PEREIRA, Larissa Dahmer. Educação Superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Cortez/São Paulo, Ano XXIX, nº 96, pg.151-173, nov., 2008.

SALVADOR. Documento final da III Conferencia Ibero-mericana de chefes de Estado de governo. Disponível em: <http://www.eurosur.org/CAmerica/cumbres/iiicumbr.htm> Acesso em; 20 de novembro de 2008.

7.1 REFERENCIAS CONSULTADAS

ABEPSS. **Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social.** GT Pesquisa. São Luís, 2008. (mimeo)

_____. **Relatório da II Oficina Regional da ABEPSS Sul I- 2008.** Palhoça/SC, 2008.

_____. **Diretrizes Gerais Para o cursos de Serviço Social.** (Com base no Currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br> Acesso em: 11 de maio de 2008.

CFESS. **Política Nacional de Fiscalização.** Resolução CFESS nº 512/2007. Reformula as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização. (mimeo)

CRUZ, D.; BARCIA, R. M. O ensino a distância e o setor produtivo: levando a universidade ao local de trabalho. **Revista de Ciências da Administração**, UFSC/Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 25-35, ago., 1999.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica** / Hortência de Abreu Gonçalves. São Paulo: Avercamp, 2005.

INFORMATIVO CFESS, ABEPSS E ENESSO. **O ensino de graduação presencial e distância e a luta pela qualidade ético-política e teórico-metodológica da formação profissional.** Brasília, 2006. mimeo.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lúcia Suarez. Ensino a distância na Formação em Serviço Social: questões para o debate. **In: XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2008. São Luiz/Maranhão.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2007.

7.2 SITES CONSULTADOS

<http://bve.cibec.inep.gov.br> Acesso em: 15 de março de 2009 as 17 h 30 min

http://www.eca.usp.br/prof/moran/ead_ar.htm Acesso em: 15 de março de 2009 as 17 h 30 min

<http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu182.asp> Acesso em: 16 de junho de 2008 às 18h

http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp Acesso em: 20 de junho de 2009

às 15h

7.3 DOCUMENTOS LEGAIS CONSULTADOS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/1996. Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 01 e janeiro de 2009 às 10h.

_____. Decreto 5.622. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 24 de fevereiro de 2009.

CFESS. **Resolução nº 493**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente Social. Disponível em: www.cfess.com.br Acesso em: 15 de abril de 2009 as 14h

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Aprova o Código de Ética do Assistente Social. Resolução nº 290/94 e 293/94 de 13 de março de 1993. Lex: **Coletânea de Leis** Conselho Regional de Serviço Social 12º Região, Santa Catarina, p. 9-21, 1996/1999.

_____. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e á outras providências. Lex: **Coletânea de Leis** Conselho Regional de Serviço Social 12º Região, Santa Catarina, p. 9-21, 1996/1999.